

ENTRE MAXIXES, PELADAS E PALAVRAS DE ORDEM: ASSOCIAÇÕES DOS TRABALHADORES PAULISTANOS DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

Uassyr de Siqueira
Universidade Estadual de Campinas

Resumo

O artigo analisa algumas das associações organizadas pelos trabalhadores em São Paulo, levando em conta seu caráter diversificado. Sindicatos e organizações políticas, assim como clubes esportivos, sociedades recreativas e outros espaços de sociabilidade permeavam o universo associativo dos trabalhadores paulistanos. Abarcar esse universo em sua diversidade possibilita o olhar sobre diferentes aspectos do cotidiano e da identidade dos trabalhadores, assim como o estabelecimento de relações entre sociedades de caráter distinto, questionando dicotomias pré-estabelecidas entre lutas sindicais e lazer.

Palavras-chave: Trabalhadores – São Paulo – Associações – Lazer.

Abstract*

The article analyzes some associations organized by workers in São Paulo, taking into account its different character. Trade unions and political organizations, like sport clubs, recreational associations and others places of sociability surrounded the associative universe of São Paulo's workers. To cover this universe in its diversity possibilities the look over different aspects of the daily life and identity of the workers, such as the establish of relations among societies with distinct character, questioning dichotomies pre-established between unions struggles and leisure.

Key-words: Workers – São Paulo – Associations – Leisure.

Em outubro de 1917, o jornal *A Plebe*, dirigido por Edgard Leuenroth, publicava uma longa nota atacando duas práticas de lazer bastante difundidas nos bairros operários paulistanos: a dança e o futebol, “duas calamidades modernas

* Tradução: Maty Gueye.

que dizimam milhares de seres humanos.” Segundo o autor do texto, que lança mão de um discurso bastante próximo dos proferidos por médicos e higienistas, a dança seria “a porta da prostituição”, ao passo que o futebol, um “funesto jogo”, promotor de um “selvagerismo atroz”, seria responsável não somente por males físicos – pernas e braços quebrados, pulmões danificados, etc – mas também pelo “mal moral”. Dessa forma, “Mais úteis à humanidade e a si próprios seriam esses rapazes se em lugar de se ocuparem em semelhantes passatempos, ingresassem antes nos Sindicatos e Ligas Operárias, afim de enfrentar o vilíssimo patronato”.¹ Outras notícias veiculadas por *A Plebe* procuram opor clubes recreativos e dançantes à consciência de classe entre seus praticantes, consciência que só seria possível através da sindicalização. Isso, no entanto, revela também que os trabalhadores freqüentavam e se organizavam em outros círculos associativos, que se expandiam nos bairros operários paulistanos. Revelam ainda, como já ressaltou Francisco Foot Hardmann, as tensões ligadas às concepções culturais anarquistas, que se expressavam no conflito entre o “puritanismo ideológico” e a necessidade de cativar o interesse popular pelas concepções libertárias a respeito das classes trabalhadoras.² Em certos momentos, essas tensões resultaram em modificações das práticas culturais ligadas aos militantes, que passaram a adotar elementos populares na realização de suas festividades – como o futebol e outras atividades esportivas e lúdicas, que eram revestidas de novos sentidos quando organizadas pelos círculos libertários.³

Como se organizavam os trabalhadores paulistanos durante a Primeira República? Associações de auxílio mútuo, sociedades de resistência, sindicatos e agremiações de caráter político são geralmente vistos como espaços, por excelência, de organização. Entidades recreativas e esportivas, expressões da agremiação dos trabalhadores em torno de seu lazer, são negligenciadas ou postas em segundo plano, como entidades paralelas e de menor importância em relação às entidades sindicais. O que nos propomos aqui é analisar parte da experiência das organizações dos trabalhadores voltadas para o lazer, como clubes recreativos e esportivos, percebendo também que, ao contrário do que diziam parte das lideranças do movimento operário no período, práticas sindicais recreativas e esportivas não necessariamente se auto-excluía e, em algumas ocasiões, se entrecruzavam no cotidiano dos trabalhadores – mantendo relações entre si e atuando de forma semelhante.

Em trabalhos recentes, notamos que a extensão dos estudos sobre a classtrabalhadora no Brasil para situações cotidianas e fora das fábricas, fazendo com que o movimento operário deixasse de ser o único ponto possível de abordagem, fez também com que historiadores se debruçassem sobre outras formas de organização entre os trabalhadores além das mais tradicionalmente enfatizadas.

Como sugerem Foot Hardman e Victor Leonardi, havia uma grande riqueza cultural da classe em seu processo de formação, vinculada “à própria heterogeneidade nacional e regional do proletariado nascente”.⁴ Essa riqueza também pode ser notada a partir dos espaços onde os trabalhadores manifestavam sua cultura, compartilhavam experiências e construía sua identidade, tais como sociedades recreativas, clubes dançants e associações esportivas. Presente nos bairros paulistanos, esses lugares de sociabilidade expressam a construção de diferentes identidades entre os trabalhadores – não somente as estritamente de classe, mas também nacionais, étnicas e regionais. Segundo Betriz Loner, as diferentes formas de associação “correspondem a necessidades sentidas pelos trabalhadores e todas favoreceram laços de conagraçamento e de igualdade entre seus membros, dentro do espaço associativo, propiciando o necessário convívio aplainador de diferenças”, sem se descartar, no entanto, o conflito entre diferentes identidades e sociabilidades com a identidade de classe.⁵

Para o caso da cidade de São Paulo, no entanto, ainda permanece uma grande lacuna: ainda são poucos os trabalhos que dêem conta da heterogeneidade do mundo associativo dos trabalhadores e das diversas relações possíveis de serem estabelecidas entre associações de caráter distinto. Algumas notícias de *A Plebe* revelam uma das possibilidades das relações entre diferentes sociedades: as de conflito entre núcleos sindicais e políticos e as sociedades recreativas e esportivas. Entretanto, a partir das fontes tradicionalmente exploradas para os estudos sobre os trabalhadores, mas também a partir de outros documentos ainda pouco explorados, outros caminhos podem ser trilhados. Isso é o que sugere uma notícia publicada pelo jornal *A Vanguarda*, em março de 1921, se posicionando contra os critérios para o estabelecimento de duas seções no campeonato municipal de futebol do mesmo ano. Os critérios seriam obra de “três ou quatro clubes fortes, assim chamados porque contam entre seus associados burgueses endinheirados” afim de “dividir os clubes fracos dos fortes”, “de modo que os clubes ‘nobres’ ficassem separados dos ‘plebeus’”.⁶ De maneira distinta das abordagens de *A Plebe*, citadas acima, o colunista protesta contra os critérios adotados pela Associação Paulista de Esportes Atléticos (APEA) para a inclusão dos clubes paulistanos nas divisões do campeonato. Verifica-se, portanto, uma contraposição ao domínio dos clubes da elite sobre as regras do jogo de bola, demonstrando que o esporte também era reconhecido como campo de ação e de disputas políticas por *A Vanguarda*. A notícia, portanto, revela claramente que o futebol também foi pensado em termos de lutas de classes pela imprensa operária, lutas essas em que os clubes mais modestos eram reconhecidos e defendidos pelo militante e colunista do jornal, que utilizava termos como “plebes” e “pobres” para caracterizar a presença dos trabalhadores naquelas associações esportivas.

Em 1919, um dos clubes filiados à Segunda Divisão da APEA, reconhecida como o lugar da presença de clubes “plebeus” pelo jornal *A Vanguarda*, era o Sport Club Canteiros Paulista. Observando o nome dessa associação, notamos uma clara relação de identidade com uma categoria profissional. Além do futebol, a agremiação dos canteiros organizava festividades, ampliando as possibilidades de lazer para seus associados. Outra entidade esportiva de identidade profissional era a Associação Gráfica de Desportos, fundada em 7 de agosto 1918 e também pertencente à Segunda Divisão da APEA. Segundo seus estatutos sociais, seria constituída por ilimitado número de sócios pertencentes ou não à classe gráfica, e tem por fim proporcionar a seus associados (...) exercícios atléticos assim como quaisquer outros divertimentos deles decorrentes, sempre que as suas condições o permitam, a juízo da diretoria.”⁷ Os sócios contribuintes teriam que pagar jóia 5\$000 e mensalidade de 3\$000, preços bastante módicos se comparados com clubes mais abastados. Para fins de comparação, podemos citar o Clube Atlético Paulistano, entidade esportiva da elite paulistana. Esta associação cobrava 40\$000 de jóia e 10\$000 de mensalidade dos sócios efetivos apresentando, portanto, taxas de ingresso e de permanência ao seu quadro social bastante restritivas para ampla camada da população da capital.⁸ No entanto, se comparada à União dos Operários Gráficos, fundada em 1919, a Associação Gráfica de Desportos cobrava o triplo da mensalidade exigida por esta entidade sindical, no valor de 1\$000, não havendo a exigência de pagamento de jóias. Este pode ser um dos motivos que gerou críticas da agremiação sindical dos gráficos quando da fundação da sociedade esportiva voltada para a mesma categoria profissional: segundo lideranças sindicais, a fundação de uma associação “puramente esportiva” representaria um fator de desmobilização, resultado da obra de alguns industriais para a desorganização da classe.⁹

Embora não restringisse o quadro de associados aos gráficos, a Associação Gráfica de Desportos frisava a identidade em torno da categoria através de seu nome e de seus símbolos:

As cores do Pavilhão Social serão Azul e Branco, e assim dispostas: O pavilhão propriamente dito será inteiramente azul, tendo ao centro um escudo Branco com uma faixa azul em diagonal, encimada por um círculo com as iniciais A. G. D. em vermelho e em baixo e distintivo das arte gráficas.¹⁰

Entretanto, procurando se distinguir das associações de caráter político e sindical, um dos itens estatutários da entidade alertava ao associado para “comportar-se dentro dos limites da civilidade, não trazendo para o seio da associação questões políticas ou religiosas, e ainda quaisquer outras estranhas à socieda-

de.”¹¹, o que certamente alimentava as polêmicas entre essa entidade e o sindicato dos gráficos –sem, no entanto, anular a identidade que a agremiação esportiva construía em torno da categoria profissional.

Se há uma relação possível entre agremiações esportivas e identidade profissional, como no caso do Sport Club Canteiros Paulista e da Associação Gráfica de Desportos, há também uma relação possível entre a atuação de algumas agremiações esportivas e atuação sindical. Em 1919, *A Plebe*, o mesmo periódico que relacionava o futebol à violência e à ausência de consciência de classe entre seus praticantes, publicava uma notícia sobre um “Grandioso Festival Proletário”, onde “O match de football foi disputado com galhardia”. A notícia destacava ainda o vigor dos “rapazes sadios e cheio de energia”, imagem bastante diferente daquela que associava o futebol aos males físicos. E, ao contrário das situações de brigas entre os trabalhadores, o festival proletário é descrito como demonstração de ordem – sugerindo uma mudança de opinião *A Plebe* em relação à prática do futebol ou, ainda, que haviam posições distintas sobre o jogo no jornal. O campeão suburbano, o Esporte Clube Saturno, do Bom Retiro, é apontado como uma das principais atrações do evento. Além do Saturno, outro clube do mesmo bairro também participou da atividade: o Touring Club Paulista, cujas rendas, segundo *O Estado de S. Paulo*, “puramente das minguidas contribuições dos sócios, são diminutas e mal chega para pagar as despesas de instalação da sede”¹², (sic) caracterização que revelava o recorte social dessa agremiação. Em outra ocasião, a A. A. Sul-América participaria de um festival no Parque São Jorge “em benefício da classe”¹³, aumentando a participação das agremiações esportivas do bairro nas atividades sindicais.

A inclusão de clubes esportivos nas atividades das organizações sindicais é geralmente analisada como dos artifícios utilizados pelos sindicalistas para atrair um público maior às suas atividades.¹⁴ Ingressos a preços módicos, gratuidade da entrada de menores de 14 anos e a inclusão de um campeão suburbano no festival citado acima revelam a preocupação dos organizadores do evento em relação ao número de espectadores, lançando mão de chamarizes para a atividade. No entanto, deveríamos descartar a possibilidade de participação dos clubes esportivos como demonstração de solidariedade para com os objetivos das festividades sindicais? Com exceção da propaganda sindical, os objetivos dos festivais proletários, organizados por associações sindicais e pela imprensa operária, eram bastante semelhantes às atividades cotidianas organizadas por clubes esportivos: a promoção de eventos para arrecadação de fundos em benefício da agremiação, auxílio de associados e o enfrentamento de dificuldades cotidianas aproximavam práticas de associações de diferentes tipos. A proximidade dos valores e práticas entre organizações sindicais e clubes esportivos é visível na edição do Campeo-

nato Distrital em 1922, organizado pelo Esporte Clube Saturno, quando esta agremiação entregaria os prêmios os vencedores do torneio no 1º de Maio daquele ano, demonstrando assim sua identificação com a data comemorativa dos trabalhadores e das organizações sindicais.¹⁵ Assim, além da identidade construída cotidianamente através da prática do futebol, algumas agremiações esportivas teriam também algum grau de identificação em relação aos objetivos defendidos pelas sociedades sindicais que, durante a realização de festivais operários, evidenciavam dificuldades comuns à maioria das organizações dos trabalhadores – o que possibilitava a prática da solidariedade entre si.

Perceber e analisar os conflitos entre entidades sindicais e sociedades esportivas não pode gerar, de forma alguma, a ausência de análises que levem em conta outras possibilidades de relação entre sociedades de caráter distinto, como observamos acima em relação ao futebol. Desconsiderar isso é ignorar a complexidade do mundo associativo dos trabalhadores, cujo cotidiano era permeado por situações em que atividades de lazer e lutas sindicais se entrecruzavam. Podemos observar isso, por exemplo, no bairro do Bexiga, onde nos salões do Largo do Riachuelo realizavam suas atividades a Liga Operária da Construção Civil, União de Alfaiates e Costureiras para Senhoras, União dos Canteiros e sociedades recreativas como G. D. R. Guarani, Centro Recreativo Smart e outras, que mantinham uma considerável proximidade geográfica.¹⁶ Jacob Penteadó, memorialista da cidade de São Paulo, revela ainda que no bairro do Belenzinho o salão da Sociedade Recreativa e Dançante Pérola Internacional “servia como ponto de reunião de sindicatos, de associações de classe ou de grevistas, naquele agitado período de lutas sociais”.¹⁷

A proximidade entre entidades sindicais e sociedades recreativas ganha outras conotações quando observamos a atuação do Grêmio Dramático e Musical Luso-Brasileiro, localizado no bairro paulistano do Bom Retiro, onde algumas organizações sindicais possuíam suas sedes – entre elas, a Liga Operária do Bom Retiro e a União dos Trabalhadores Ferroviários. Embora possuíssem local próprio, ambas as associações utilizavam o salão do G.D.M. Luso-Brasileiro para a realização de suas reuniões. E uma das atas de reuniões da diretoria do grêmio, ocorrida em setembro de 1919, menciona-se que “Foi (...) cedido o salão para os dias 11 e 16 do corrente para, gratuitamente, a Classe dos Ferroviários efetuar reuniões”¹⁸ No entanto, mesmo antes dessa decisão ser comunicada em reunião de diretoria, os ferroviários, que tinham sua sede própria localizada na rua José Paulino, já vinham utilizando o espaço do Luso-Brasileiro para a realização de suas atividades.¹⁹ Em uma de suas reuniões, também realizada no salão do G.D.M. Luso-Brasileiro, a União dos Ferroviários pôs no centro da discussão a prisão de dois de seus diretores, Alberto de Castro e Antonio Peres.²⁰

Em 1917, foram definidas as “Bases de Acordo” para a constituição das Ligas Operárias de Bairro. Entre os itens desses princípios, estão o combate ao alcoolismo, a luta contra os açambarcadores de alimentos e pelo barateamento do preço dos aluguéis.²¹ As primeiras ligas de bairro fundadas foram as da Mooca e do Belenzinho, no mês de maio daquele ano. Entre junho e agosto, os bairros da Lapa, Água Branca, Brás, Cambuci, Vila Mariana, Ipiranga e Bom Retiro constituíram suas organizações operárias locais.²² A Liga dos Operários do Bom Retiro utilizava a sede do G.D.M. Luso-Brasileiro desde o ano de sua fundação, em 1917. Em agosto desse ano o jornal *A Gazeta* noticiava uma reunião da entidade com o “fim de tratar dos direitos e interesses do proletariado em geral”.²³ Dois anos depois, após ter sido fechada devido à repressão policial que se seguiu após a greve de 1917, a Liga do Bom Retiro se reorganizava solicitando, para esse fim, os salões do G.D.M. Luso-Brasileiro. A solicitação foi aceita desde que a Liga “se responsabilizasse por qualquer coisa que venha suceder”²⁴ Procedendo dessa forma, os diretores do grêmio recreativo demonstram que sabiam dos riscos que as organizações sindicais corriam – como a invasão policial de suas sedes, o que poderia prejudicar as associações que abriam espaço para os sindicatos se reunirem. No entanto, foi dada ao presidente a incumbência, e com certo grau de liberdade, de fazer os acertos para que a Liga utilizasse o espaço.

O que podemos notar de comum em relação à União dos Trabalhadores Ferroviários e à Liga Operária do Bom Retiro é que ambas as associações possuíam sede própria mas, mesmo assim solicitavam os salões do G.D.M. Luso-Brasileiro para realizarem suas atividades. Isso deveria ocorrer por dois principais motivos. Um deles talvez fosse a dimensão do lugar, que poderia comportar um maior número de pessoas. Outro, bastante provável, seria devido ao fato de o Grêmio, atuante desde 1900, ser um local de melhor referência para os moradores do bairro. Outro fator comum entre Ferroviários e a Liga do Bom Retiro: o salão, para ambas as organizações, era cedido gratuitamente, diferentemente do caso da maioria das agremiações recreativas que solicitavam o uso do local. Algumas reuniões dos ferroviários e da liga do bairro foram realizadas no espaço do Luso-Brasileiro sem que a cessão ou não do lugar tivesse sido discutida nas reuniões de diretoria. Isso abre a possibilidade de uma negociação informal entre os diretores das sociedades sindicais e os do Grêmio. E, embora não tenhamos dados concretos a respeito, não podemos desprezar a possibilidade de que de alguns membros do Luso-Brasileiro também fizessem parte desses sindicatos e, dessa forma, a realização de reuniões sindicais também poderia fazer parte dos interesses dos associados. A presença de uma mesma pessoa em diferentes tipos de sociedades foi observada por Jacob Pentead, que relatou a participação de Marino Spagnolo, vidreiro e alfaiate, mora-

dor do Belenzinho, “homem de idéias revolucionárias” como presidente de sociedades de classe, clubes recreativos e sociedades esportivas²⁵ – sugerindo que isso fosse comum na cidade de São Paulo.

Mas a proximidade entre algumas organizações sindicais e sociedades recreativas tinha seus limites. No início de outubro de 1919, quando os ferroviários da Cantareira iniciavam um movimento grevista²⁶, a diretoria do G.D.M. Luso-Brasileiro deliberou “não ceder mais o salão à ‘Classe dos Ferroviários’ para esta realizar suas reuniões, visto ter verificado que seus manifestos subversivos prejudicam o Grêmio”.²⁷ Para tomar essa decisão, a direção do Luso-Brasileiro deve ter avaliado que a repressão ao movimento sindical poderia atingir também as associações que, porventura, servissem como ponto de sua articulação – assim como ocorriam com as próprias sedes dos sindicatos, freqüentemente invadidas pelos policiais. Mesmo assim, o ressentimento em relação à presença das organizações sindicais em momentos de repressão pode ser considerado relativo. Em 1924, quando o Brasil era governado em estado de sítio, decretado pelo governo de Arthur Bernardes, uma reunião de propaganda foi realizada nos salões do Luso-Brasileiro no Primeiro de Maio daquele ano, sem que o assunto tivesse sequer passado pelas discussões nas reuniões de diretoria.²⁸ Mesmo antes, em 1920, foi concedido o uso do salão para que o Círculo de Estudos Sociais organizasse uma atividade em benefício dos jornais *Alba Rosa* e *A Plebe*²⁹, este último várias vezes empastelado pela repressão policial. O que existia, certamente, era uma ambigüidade, resultado da tensão entre se solidarizar com pessoas pertencentes ao mesmo grupo ou classe social, e se precaver contra possíveis incidentes que pudesse vir a prejudicar o G.D.M. Luso-Brasileiro em suas atividades normais.

Além de apontar proximidades entre espaços de lazer e lutas sindicais, a experiência associativa do Grêmio Dramático e Musical Luso-Brasileiro revela também outras possibilidades no tocante aos papéis que sociedades do gênero poderiam exercer no cotidiano dos trabalhadores – além do papel da recreação e lazer. Na ocasião da aprovação de seus estatutos sociais, e 30 de outubro de 1900, o sócio Pedro Bittencourt propôs “Que deveria ser incluído nos estatutos que em caso de atraso por moléstia ou desemprego de qualquer sócio o Grêmio favorecerá com espetáculos em benefício, (...) sendo aprovado por unanimidade (...)”³⁰, proposta que se manteve nos estatutos sociais da entidade, registrado em cartório em 1907³¹. Esse item estatutário aparece com freqüência nos registros de associações de socorros mútuos, como a Sociedade Artística Beneficente, que, entre outros objetivos, se propunha a “Socorrer com auxílios médicos, farmacêuticos e pecuniários aos seus sócios enfermos quando por moléstias ficarem impossibilitados de exercer qualquer profissão”.³² A preocupação do Grêmio Dramático e Musical Luso-Brasileiros em socorrer os associados em caso de adversidades revela claramente que, além de um espaço para diversão, o a entidade represen-

tava uma possibilidade de auxílio mútuo diante de adversidades, algo bastante relevante aos associados levando em conta as quase inexistentes leis de amparo ao trabalhador durante a Primeira República. O auxílio em caso de moléstia foi amplamente praticado por essa entidade, e estendido para além do quadro de sócios, em 1918, quando a epidemia da Gripe Espanhola assolava a cidade de São Paulo. Essa epidemia afetou gravemente os bairros operários paulistanos devido aos problemas de saneamento que enfrentavam. Naquela ocasião, as autoridades sanitárias obrigaram as sociedades recreativas a suspenderem suas atividades, já que eram vistas como possíveis locais de contágio.³³ Além de suspender suas atividades, os diretores do G.D.M. Luso-Brasileiro decidiram ceder as dependências da associação para o uso da Cruz Vermelha, além da quantia de 100\$000 mensais enquanto a gripe durasse.³⁴ Notamos, assim, o peso de sua atuação não somente junto aos seus associados, que tinham a sociedade como um espaço de lazer e de integração social, mas junto ao conjunto mais amplo dos moradores da localidade.

As atividades cotidianas do G.D.M. Luso-Brasileiro eram encaradas seriamente por seus diretores. Referindo-se à incorporação do Grupo dos Incompetentes, uma sociedade formada a partir de dissidentes do Grêmio, João de Aguiar, então presidente da entidade, demonstrava sua satisfação pela readmissão de “esforçados e antigos companheiros de lutas sociais”, deixando clara a importância representada pela associação no seu cotidiano e ampliando os significados possíveis das práticas de uma sociedade recreativa – que iam além da simples diversão, se estendendo para o multifacetado e polissêmico campo das lutas sociais.³⁵ O mesmo João de Aguiar, que era trabalhador ferroviário da Companhia Sorocabana, finalizara da seguinte maneira seu relatório de gestão, em janeiro de 1919:

Saúdo os consócios presentes e faço votos para que eles prestem à nova diretoria que vai ser eleita todo o concurso de sua inteligência e generosidade (...) para que possamos ter orgulho de ver a nossa associação próspera e feliz, trilhando a luminosa [trilha] do progresso, para a glória das classes trabalhadoras, às quais pertencemos.³⁶

Notamos aqui um dos significados possíveis da atuação do G.D.M. Luso-Brasileiro e de sociedades semelhantes. João de Aguiar ressalta a importância da participação dos associados no auxílio da diretoria eleita, enfatizando, assim, o caráter coletivo da responsabilidade pelo bom andamento da agremiação. O orgulho de ver a associação a qual pertencia próspera e feliz poderia significar a competência dos trabalhadores, classe entre a qual Aguiar se reconhece e também aos demais membros da associação, em dirigir suas próprias entidades. Na sua visão, trabalhar em prol do Grêmio representava lutas, as quais,

sendo bem sucedidas, levariam ao engrandecimento da entidade – o que significaria o engrandecimento das classes trabalhadoras. E, se o próprio Aguiar reconhecia a si e aos associados como trabalhadores, podemos dizer também que a luta em prol dos interesses da sociedade era tida, ao menos por esse sócio, como uma luta de trabalhadores em prol de objetivos em comum – fator que certamente demonstra outras possibilidades para se pensar na formação e na operação da consciência entre a classe.

É bastante provável que João de Aguiar frequentasse outros círculos associativos dos trabalhadores, onde expressava suas concepções políticas a respeito da classe. Em 1908, no *Jornal*, verificamos um artigo assinado por ele, tratando sobre a “Situação Operária”:

Em Quem é que modela as estatuas dos grandes para serem respeitadas nas praças públicas?

A que se devem as construções dos suntuosos palácios, das extensas avenidas e das estradas de ferro? O que seria da lavoura e do comércio, se não existisse o braço operário? Quem é que confecciona as vestimentas finíssimas que tem o fim exclusivo de ornamentar físicos de homens e de mulheres iguais a nós, mas que ocupam melhores posições devido à sua boa estrela?

A pedra preciosa que fulgura no dedo do supremo chefe da nação, o carro que o transporta, a casa que o abriga, as armas e as munições dispersas pelos arsenais e fortalezas, com o fim intuitivo de assegurar a sua permanência no poder, não são confeccionadas por operários?

E assim tudo que se nos oferece à vista, não é obra do operário? Então, porque é o mesmo assim desprezado e humilhado? Por ventura estará equiparado a uma besta de carga? Oh! Custa a crer que em todo o mundo haja a mesma indiferença, o mesmo desprezo que apunhala nossos corações.

O Governo destina quantias fabulosas para as absurdas recepções e para inúteis banquetes de bajulações diplomáticas, quando imensidades de infelizes lhe pedem um conforto, sem que o seu grito de desespero seja ouvido ao menos com indiferença! Os legisladores atravessam o período legislativo, empregando os seus esforços tão somente em prol da política, enquanto que a classe menos favorecida, sofre os horrores da injustiça!

A vista desse estado de coisas, torna-se necessário agir com perseverança, mantendo rigoroso escrúpulo na escolha dos legisladores, uma vez que reconheçam a necessidade de lançar mão do sagrado título de eleitor, tão infamemente explorado!

Precisamos demonstrar ao mundo que, apesar de sermos operários, conhecemos o verdadeiro caminho da **Justiça**.³⁷

Notamos, portanto, que João de Aguiar possuía uma clara noção de pertencimento à classe trabalhadores, embora seu artigo destoasse em relação ao jornal *A Lucta Proletária*: defendia o “escrúpulo na escolha dos legisladores” como um instrumento de melhoria da situação operária, o que ia de encontro com as concepções do periódico, defensor do modelo de ação direta e de abstenção da participação política institucional. No entanto, são essas concepções de participação política que nortearão as ações de João de Aguiar como diretor do G.D.M. Luso-Brasileiro quando, por exemplo, se aproxima de autoridades políticas para obter benefícios para a agremiação.³⁸ Embora seja precipitado afirmar que as concepções de João de Aguiar acerca da organização em torno do G.D.M Luso-Brasileiro fossem as mesmas que a de outros diretores e associados, sua atuação oferece uma importante pista para explicar a relação entre o grêmio e algumas entidades sindicais do mesmo bairro. Aguiar era presidente da agremiação em 1918 e dela participou em outras ocasiões, com outras funções na diretoria. Isso significa que tinha uma boa aceitação entre seus membros, aceitação essa que certamente incluía, em alguma medida, suas concepções a respeito do grêmio – explicitadas em seu relatório de gestão. Isso, certamente, facilitava que as sociedades sindicais utilizassem os salões da entidade recreativa. A atuação de João de Aguiar como diretor do Grêmio demonstra ainda que a consciência de classe poderia estar presente não somente entre organizações sindicais e políticas dos trabalhadores, mas também no cotidiano de associações como o G.D.M. Luso-Brasileiro – que certamente influenciava no processo de reconhecimento de uma identidade comum entre seus associados e freqüentadores.

Entre o futebol, associações recreativas e entidades sindicais, os trabalhadores paulistanos possuíam uma ampla gama de espaços sociabilidade. Embora com objetivos distintos e diferentes concepções a respeito do uso do tempo livre, o que, em diversas ocasiões, foi motivo de conflitos entre elas, as diferentes associações fundadas e freqüentadas pelos trabalhadores não eram mutuamente excludentes, apresentando, como procuramos demonstrar aqui, certas práticas e relações que as aproximavam, revelando, dessa forma, experiências de sociabilidade bastante complexas e que merecem maior atenção da historiografia do trabalho.

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ A Plebe 30/10/1917

² HARDMAN, Francisco Foot, *Nem pátria nem patrão. Vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983

³ *Idem*, p. 79

⁴ HARDMAN, Francisco Foot, LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Ática, 1982, p. 254

⁵ LONER, Beatriz Ana. *Construção de Classe. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Editora Universitária: Unitrabalho, 2001 p. 132

- ⁶ A Vanguarda 16/03/1921
- ⁷ Estatutos Sociais da Associação Gráfica de Desportos. 1º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital. Registro 638. Caixa 10428
- ⁸ Estatutos Sociais do Clube Atlético Paulistano. 1º cartório de Registros de Imóveis da Comarca da Capital. Registro 470, Caixa 10417. AESP
- ⁹ O Combate, 09/08/1918
- ¹⁰ Estatutos Sociais da Associação Gráfica de Desportos. 1º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital. Registro 638. Caixa 10428
- ¹¹ Idem
- ¹² O Estado de S. Paulo 30/01/1920
- ¹³ "O Festival Esportivo no Parque São Jorge", O Estado de S. Paulo, 24/11/1920
- ¹⁴ HARDMAN. Nem Pátria Nem Patrão, p. 79
- ¹⁵ "Futebol", O Estado de S. Paulo, 19/04/1922
- ¹⁶ Ano de 1920 Banco de Dados Clubes e Sociedades. Cecult/Unicamp
- ¹⁷ PENTEADO, Jacob. Belenzinho, 1910: retrato de uma época. 2a Ed. São Paulo: Carrenho Editorial/ Narrativa Um. 2003
- ¹⁸ Ata de Sessão de Diretoria do G.D.M Luso-Brasileiro, 19/09/1919
- ¹⁹ A Plebe 14/09/19 p. 2
- ²⁰ Idem 26/09/1919
- ²¹ LOPREATO, Christina. S.R. O Espírito da Revolta (A Greve Geral Anarquista de 1917) IFCH/ UNICAMP. Tese de Doutorado. 1997, p.98
- ²² Idem
- ²³ "Resenha dos Arrabaldes", A Gazeta, 14/08/1917
- ²⁴ Ata de Sessão de Diretoria do G.D.M Luso-Brasileiro, 5/08/1919
- ²⁵ PENTEADO, op. cit. p. 241
- ²⁶ A Plebe, 3/10/1919
- ²⁷ Ata de Sessão de Diretoria do G.D.M Luso-Brasileiro 5/10/1919
- ²⁸ A Plebe, 1/05/1924
- ²⁹ Idem, 8/05/1920
- ³⁰ Ata da Assembléia Geral do G.D.M Luso-Brasileiro, 30/10/1900
- ³¹ Estatutos Sociais do G.D.M Luso-Brasileiro, 1907. 1º cartório de Registros de Imóveis da Comarca da Capital. Registro 191. C10397 AESP
- ³² Estatutos Sociais da Sociedade Artística Beneficente, 1901. 1º cartório de Registros de Imóveis da Comarca da Capital. Registro 96. C10397 AESP
- ³³ Ata de Assembléia Geral do G.D.M Luso-Brasileiro, 27/10/1918
- ³⁴ Ata de Sessão de Diretoria do G.D.M Luso-Brasileiro, 26/10/1918
- ³⁵ Ata de Assembléia Geral do G.D.M Luso-Brasileiro, 12/01/1919
- ³⁶ Idem
- ³⁷ A Lucta Proletária, 8/02/1908 p. 1-2
- ³⁸ Ata de Sessão de Diretoria do G.D.M. Luso-Brasileiro, 20/08/1917